

# Governo começa a negociar soberania da Constituinte

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 54, e o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), 45, terão um encontro hoje de manhã, na Câmara, para discutir a questão da soberania do Congresso constituinte. A reunião foi acertada ontem, quando Sant'Anna entrava no plenário do Congresso constituinte, logo depois de anunciada sua escolha para "líder da maioria" na Câmara, pelo Palácio do Planalto.



Um pouco antes, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), 58, dissera que, numa reunião na noite de anteontem, o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, lhe disse que já havia clima dentro do partido e do governo para negociar a questão de soberania do Congresso constituinte. Ao chegar ao Congresso, no começo da tarde, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 55, disse que "as coisas estão evoluindo rapidamente".

Segundo Maurílio, a discussão deverá chegar a uma solução de consenso, que seria a da autolimitação do Congresso constituinte. O parlamentar disse que, se isso ocorrer, retirará o seu projeto de resolução constitucional, que dá ao Con-

gresso constituinte o poder de modificar a atual Constituição.

Já Egídio dizia que a solução seria a saída que apresentou neste fim-de-semana. O Congresso constituinte reconheceria a Carta de 1967 com pequenas alterações: sairiam as medidas de emergência, mantendo-se o estado de sítio; os decretos-leis seriam considerados rejeitados se não forem votados dentro do prazo previsto (sessenta dias mais dez sessões); haveria o reconhecimento das prerrogativas dos constituintes e seria definido o funcionamento da Câmara e Senado. Outra mudança seria o reconhecimento do mandato de Sarney, ficando para as disposições transitórias da futura Constituição a duração do seu governo.

O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), 52, disse, no final da tarde, que os parlamentares do grupo que defende a soberania vão se reunir hoje à noite, na casa do senador Severo Gomes (PMDB-SP). Procurado no começo da noite, Severo negou que fosse promover uma reunião política hoje em sua casa. No entanto, um dos seus secretários estava pendurado ao telefone, convocando parlamentares para uma reunião hoje sobre "química fina". Entre eles, o senador José Fogaça (PMDB-RS) e a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que defendem as teses de Maurílio.

A demora na discussão da soberania também preocupa os pequenos partidos, que se reuniram, às 19h, na sala da liderança do PDT.

## Regimento interno deverá prever nove comissões

Da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte poderá ser dividido em oito "comissões temáticas", com mais uma de "redação", para facilitar os trabalhos de elaboração da futura Constituição. A idéia surgiu ontem de manhã, durante reunião na casa do relator do projeto de regimento interno, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), entre o líder do PMDB,

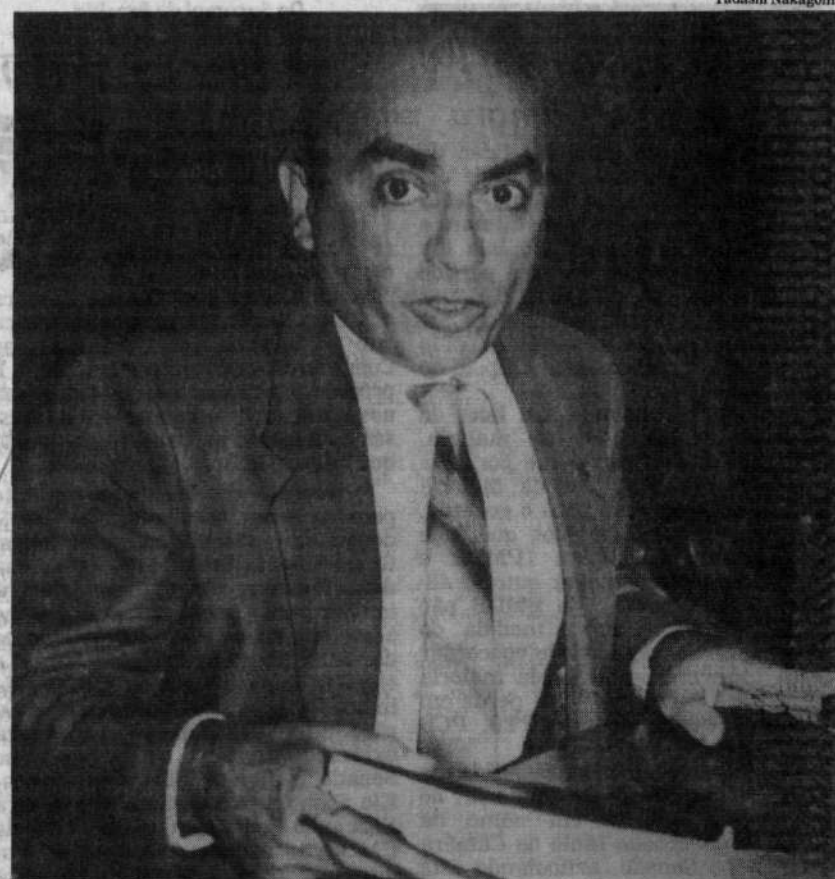
Pimenta da Veiga (que deixa o cargo hoje), o senador Severo Gomes (PMDB-SP), o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) e o próprio Cardoso. O anteprojeto de regimento interno prevê apenas quatro "comissões temáticas" e uma de redação.

Até a última segunda-feira, Cardoso havia recebido 73 propostas de emendas aos 67 artigos do projeto de regimento. A estas emendas foram acrescentadas, na sessão da tarde de

ontem do Congresso constituinte, um anteprojeto completo, com 59 artigos, apresentado pela bancada do PT; dezesseis emendas do líder do PL, Adolpho de Oliveira; um projeto de lei constitucional da bancada do PDT, e outras três emendas, do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) e dos deputados Cristina Tavares (PMDB-PE) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

O presidente do Congresso consti-

tuente, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 70, atrasou em quinze minutos o início da sessão plenária de ontem, por falta de quórum. Por ordem de Ulysses, os fotógrafos foram impedidos de subir até o local em que fica a Mesa Diretora do Congresso, de onde conseguem fotos gerais do plenário. "Não quero impedir o trabalho da imprensa. Não quero é ver fotos como esta", disse Ulysses.



Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) encontra hoje o líder do governo na Câmara

## Projeto de regimento interno prevê sessões secretas e ignora soberania

Da Redação da Folha

O projeto de regimento interno do Congresso constituinte, elaborado pelas lideranças partidárias e em discussão desde a última segunda-feira, não menciona a questão mais polêmica desde a instalação da Constituinte em 1º de fevereiro, sua soberania e competência, e prevê a realização de sessões secretas mediante requerimento apresentado apenas por dez constituintes.

Desde o final da semana passada o projeto já circulava pelos corredores do Congresso, mas só na segunda foi distribuído aos parlamentares. As emendas aos 67 artigos do projeto estão sendo apresentadas em plenário diariamente, das 17h às 18h, até quinta-feira. A partir desta data, e até a próxima terça-feira, o relator do projeto de regimento, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), estará encarregado de apresentar ao plenário um substitutivo. No dia 24 de fevereiro o regimento interno deverá ser aprovado.

Segundo o artigo 35 do projeto, dez parlamentares ou então líderes de partidos podem solicitar ao presidente do Congresso constituinte que uma sessão seja realizada secretamente. Caberá ao presidente deferir o requerimento e, somente se julgar necessário, submetê-lo ao plenário. Mas não é só: caberá aos constituintes decidir se o "objeto" ou "resolução" da sessão secreta será divulgado ou não.

As sessões ordinárias acontecerão de segunda a sexta-feira, das 14h às 19h, e serão divididas em dois expedientes com a duração de uma hora cada um e a Ordem do Dia, de três horas. As sessões extraordinárias poderão ser convocadas por ofício do presidente do Congresso constituinte, de qualquer líder partidário ou pelo plenário. O quórum para a abertura de qualquer sessão será de 94 consti-

tuíntes e, para votações, 280 (metade mais um dos 559 parlamentares).

Quatro processos serão utilizados nas votações: simbólico (em que os constituintes simplesmente se levantam para assinalar sua concordância com a matéria em deliberação), nominal (voto em aberto, com a chamada de cada parlamentar pelo 1º secretário), através do painel eletrônico da Câmara dos Deputados ou por escrutínio secreto. O projeto não prevê o voto de liderança, largamente utilizado no Congresso Nacional.

### Comissões e prazos

O projeto caminha em sentido contrário ao das constituintes de 1934 e 1946, cujos plenários elegeram comissões constitucionais encarregadas de elaborar os projetos de Constituição. Em 1946, 37 parlamentares foram eleitos pelos 328 constituintes para a "Grande Comissão", que dividiu-se em subcomissões por temas. Agora, prevê-se cinco comissões que abrigarão todos os deputados e senadores, exceto os que compuserem a Mesa da Constituinte.

Quatro dessas comissões serão temáticas, e se dividirão em subcomissões que, uma vez por semana, ouvirão "representantes da sociedade" para apresentação de sugestões. Elas dividem-se em Declaração de Direitos e Garantias, Organização Federal, Organização dos Poderes e Ordem Econômica e Social, Família, Educação e Cultura. A comissão de Sistematização, encarregada de elaborar o projeto de Constituição, acabará, na prática, exercendo o papel das comissões constitucionais de 1934 e 1946.

A leitura do projeto não permite calcular quando se encerrarão os trabalhos constituintes. O período em que as comissões redigirão o primeiro rascunho da nova Carta, por exemplo, não está estabelecido. Se

for tomado como parâmetro o tempo gasto para idêntica tarefa pela Constituinte de 1946 — 12 de março a 27 de maio daquele ano —, a Constituição estaria pronta no final do próximo mês de julho. Mas este prazo ignora a discussão e votação do substitutivo ao primeiro projeto constitucional, exatamente o período que deverá ser mais conturbado, pois neste momento serão definidos os traços essenciais da nova Constituição.

De acordo com o projeto de regimento, o cronograma do Congresso constituinte pode ser o seguinte: aprovação do regimento (27 de fevereiro), formação das comissões (dois dias), eleição de seus presidentes, vices e relatores (dois dias), formação das subcomissões (sem prazo), trabalho das comissões (sem prazo), publicação do projeto no "Diário da Constituinte" (um dia), votação global (dois dias), discussão e apresentação de emendas (quarenta dias), pareceres dos relatores (quinze dias), discussão e votação do substitutivo (sem prazo), elaboração do texto final pela comissão de Sistematização (quinze dias), publicação no "Diário" (dois dias) e votação final (três dias).

O projeto também prevê uma série de disposições para a divulgação dos trabalhos do Congresso constituinte. As rádios e TVs de todo o país deverão ceder diariamente quinze minutos de sua programação matinal e vespertina e mais uma hora à noite — das 23h30 às 24h30 —, para os "serviços de divulgação" da Constituinte. As TVs Educativas cederão o dobro do tempo.

Os "grandes jornais das capitais brasileiras", selecionados a critério da Mesa do Congresso constituinte, publicarão uma "súmula diária". Não se esclarece no projeto, porém, se este informe será publicado como matéria paga ou compulsoriamente.

(Mauro Lopes)